

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002868/2015-82, resolve:

Nº 1.675 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, CARLOS MAXIMILIANO REINO E SILVA, matrícula nº 250421, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, AP-05, da Quarta-Secretaria, a partir de 11/02/2015.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002870/2015-51, resolve:

Nº 1.676 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, IARA MARTINS PEREIRA, matrícula nº 265278, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Pleno, AP-07, da Quarta-Secretaria, a partir de 11/02/2015.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002865/2015-49, resolve:

Nº 1.677 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, LANUSE EMILIA DA SILVA BROSSI ALEMI, matrícula nº 153350, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Júnior, AP-01, da Quarta-Secretaria, a partir de 11/02/2015.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002865/2015-49, resolve:

Nº 1.678 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, JUBERLÂNDIA APARECIDA DE SOUSA SANTOS, matrícula nº 295684, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Intermediário, AP-02, da Quarta-Secretaria, a partir de 11/02/2015.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002871/2015-04, resolve:

Nº 1.679 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, ROBERTO MARTINS DA SILVA, matrícula nº 261558, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Intermediário, AP-02, da Quarta-Secretaria, a partir de 11/02/2015.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002830/2015-18, resolve:

Nº 1.680 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, ANTONIA DA SILVA LIMA NASCIMENTO, matrícula nº 255844, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Júnior, AP-01, da Quarta-Secretaria, a partir de 11/02/2015.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.001367/2015-89, resolve:

Nº 1.681 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, GEORGE DE SIQUEIRA COELHO para exercer o cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Intermediário, AP-02, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Elmano Férrer.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002316/2015-74, resolve:

Nº 1.682 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, LUCIANA OLIVEIRA GUIDINI DOS SANTOS para exercer o cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, AP-05, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador José Serra.

ILANA TROMBKA

## Poder Judiciário

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 69, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 9º, alínea "k", do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral, resolve,  
DESIGNAR: EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA, Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, para exercer o encargo de substituto eventual da Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal, Nível CJ-4, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Min. DIAS TOFFOLI

SECRETARIA

#### PORTARIA Nº 64, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno, no inciso I do art. 2º e no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve:

Art. 1º Dispensar ALINE FONSECA ROCHA, Analista Judiciário, Área Judiciária, da função comissionada de Assistente III, Nível FC-3, do Gabinete da Ministra Luciana Lóssio.

Art. 2º Designá-la para exercer a função comissionada de Assistente VI, Nível FC-6, do Gabinete da Ministra Luciana Lóssio.

LEDA BANDEIRA

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 66, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 37 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Resolução n. 146 do Conselho Nacional de Justiça, de 6 de março de 2012, e na Resolução STJ n. 9 de 15 de março de 2013, assim como o que consta do Processo STJ n. 736/2015, resolve:

Art. 1º Redistribui o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Tribunal ocupado pelo servidor MOACIR PEREIRA MACHADO JÚNIOR, matrícula S056710, classe B, padrão 6, em reciprocidade com um cargo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

SECRETARIA

#### PORTARIA Nº 147, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 17.2, XI, b, do Manual de Organização, e no caput do art. 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designa NATÁLIA ZACARIAS DE ASSIS, matrícula S059891, para substituir o Chefe da Seção de Mídias Interativas, código FC-6, da Coordenadoria de Mídias, da Secretaria de Comunicação Social, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância da função de confiança.

Art. 2º Revoga a designação de JAIME ABREU SANTANA, matrícula S059425, objeto da Portaria STJ/GDG n. 1290 de 18 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 subsequente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

#### PORTARIA Nº 148, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 17.2, XI, b, do Manual de Organização e considerando o disposto no art. 35, I, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Dispensa, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2015, JANAINA PEREIRA LIMA PALAZZO, matrícula S058488, da função de confiança de Assistente V, código FC-5, do Gabinete da Ministra Regina Helena Costa, em decorrência de sua licença para tratar de interesses particulares.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

#### ATO Nº 80, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas no inciso XXXIV do art. 35 do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo Administrativo TST nº 505.419/2014-5, resolve:

Aposentar a servidora MARINALVA BARRETO DE ALMEIDA, por invalidez permanente, com proventos proporcionais, no cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 186, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, observado o disposto no art. 6º-A da mencionada Emenda Constitucional, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012; no art. 62-A da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45/2001; e no art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, em conformidade com o Acórdão nº 2.076/2005-Plenário do Tribunal de Contas da União.

Min. ANTONIO JOSÉ DE BARROS  
LEVENHAGEN

#### PORTARIA Nº 18, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270/91, art. 3º do ATO.SRLP.SERH.GDGCA.GP.Nº 316/2006, alterado pelo ATO.GDGSET.GPNº 633/2009, e tendo em vista o constante do Processo TST nº 500.153/2013-6, resolve:

Prorrogar o prazo de cessão ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, da servidora LUCÍLIA FEITOSA SILVA, código 45325, Analista Judiciária, Área Judiciária, Classe B, Padrão 7, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a partir de 5/2/2015, para o exercício de função comissionada.

Min. ANTONIO JOSÉ DE BARROS  
LEVENHAGEN

SECRETARIA

#### ATO Nº 83, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do memorando nº 15, de 13/2/2015, da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, resolve:

1 - Dispensar, a pedido, a servidora ANA LUCIA REIS SA, código 28010, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente 4, Nível FC-4, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.

2 - Dispensar a servidora CLAUDIA PEREIRA NARDELLI SANTOS, código 40006, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente 3, Nível FC-3, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.

3 - Designar a servidora CLAUDIA PEREIRA NARDELLI SANTOS, código 40006, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 4, Nível FC-4, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, em vaga decorrente da dispensa da servidora Ana Lúcia Reis Sá.

4 - Designar a servidora RENATA LOPES VELLOSO, código 56436, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 3, Nível FC-3, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, em vaga decorrente da dispensa da servidora Cláudia Pereira Nardelli Santos.

5 - Designar a servidora ANA LUCIA REIS SA, código 28010, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 3, Nível FC-3, da Tabela de Funções Comissionadas da Secretaria de Gestão de Pessoas, em vaga decorrente da dispensa da servidora Fátima Pinto de Carvalho.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

#### ATO Nº 84, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do memorando nº 15, de 13/2/2015, da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, resolve:

1 - Dispensar, a pedido, a servidora ANA LUCIA REIS SA, código 28010, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do encargo de substituta legal e eventual do titular da função comissionada de Supervisor da Seção de Gestão de Desempenho, Nível FC-5, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.

2 - Designar a servidora CLAUDIA PEREIRA NARDELLI SANTOS, código 40006, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer o encargo de substituta do titular da função comissionada de Supervisor da Seção de Gestão de Desempenho, Nível FC-5, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, em seus afastamentos e impedimentos legais e/ou eventuais.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

### TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

#### ATO Nº 276, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 000342-96.2014.4.01.8005, resolve:

APOSENTAR, com fundamento no art. 40, inciso I, da Constituição Federal, c/c com o art. 6º-A, parágrafo único, da Emenda Constitucional 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional 70/2012 e art. 186, inciso I, da Lei 8.112/90, com proventos integrais à servidora VIVIANE NAVARRO SOUSA NILO, Analista Judiciária, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados, Nível Superior, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, com a vantagem do art. 15, § 1º, da Lei 9.527/97, art. 62-A da Lei 8.112/90 e art. 16 da Lei 11.416/2006.

Des. CÂNDIDO RIBEIRO